

“A corrupção deve ser combatida com a união de esforços”

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) lançou uma nova estratégia de combate à corrupção. Nos anos de 2016 e 2017 a instituição passará a agir de forma sistêmica e integrada com todas as áreas de atuação. Ou seja, as áreas do consumidor, do meio ambiente, da ordem tributária, da cidadania, da saúde e criminal estabeleceram projetos que convergem para o “Combate à Corrupção para Transformação Social.” O Procurador-Geral de Justiça, Sandro José Neis, conversou com a **Coluna Pelo Estado** e explicou como pretende colocar em prática essas ações. A primeira delas foi instituída já na sexta-feira (27), com a criação do Grupo Especial Anticorrupção (GEAC), que dará suporte aos Promotores de Justiça e aos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaecos) na investigação e na produção de peças judiciais. O GEAC será composto por seis Promotores de Justiça. “O trabalho preventivo corrige equívocos, inibe a prática de ilícitos e não permite que pequenas faltas transformem-se em delitos graves”, destacou.



Divulgação/Coordenadoria de Comunicação Social

[PeloEstado] - Por que o MPSC definiu envolver todas as áreas de atuação no combate à corrupção no Estado?

Sandro José Neis - Porque compreendemos que a atuação sistêmica, envolvendo todas as áreas da Instituição de forma coordenada e planejada, produzirá melhores resultados no enfrentamento desse que é o principal problema do país na atualidade. Partimos da premissa de que a corrupção não é apenas um problema de ordem criminal, somente combatida com processos judiciais, mas afeta a qualidade dos serviços públicos, a concretização dos direitos fundamentais da população, como saúde e educação, o desenvolvimento de nossos jovens e crianças e, o que talvez seja mais grave, a própria consciência cívica do brasileiro, hoje confrontada por escândalos cotidianos relacionados à gestão pública.

[PE] - O que significa ter essa estratégia expressa no Plano Geral de Atuação do MPSC?

Neis - Significa vincular, nos próximos dois anos, todos os setores do Ministério Público catarinense a um objetivo comum, a ser buscado respeitando-se as características e peculiaridades de cada área interna. Os diversos segmentos da Instituição, como os órgãos voltados à tutela ambiental, à proteção da infância e juventude e à garantia dos direitos do consumidor, por exemplo, foram convidados a relacionar seus objetivos setoriais com o combate à corrupção, compreendida em sentido amplo, como malversação, desvio de recursos e prerrogativas públicas em benefício de interesses particulares.

[PE] - Como são escolhidas as ações do PGA?

Neis - Em processo democráti-

co, por votação aberta, a ampla maioria dos Promotores de Justiça definiu o combate à corrupção como objetivo central do Plano Geral de Atuação 2016/2017. Na sequência, os Centros de Apoio Operacional, órgãos temáticos do MPSC, e seus respectivos Conselhos Consultivos desenvolveram novos projetos, vinculados ao objetivo central, com o forte apoio de nossa Coordenadoria de Planejamento, fundamental para conversão dos novos programas em metas. Por fim, colhemos as sugestões do Conselho de Políticas e Prioridades Institucionais, órgão interno caracterizado pela representação de todas as regiões do estado e de todas as instâncias da Instituição.

[PE] - Nos anos anteriores, quais são os exemplos de ações previstas no PGA que tiveram sucesso e provocaram mudanças na sociedade?

Neis - Todos os programas de sucesso do MPSC foram, a seu tempo, previstos no PGA e prosseguem ativos. O **Combate à Sonegação Fiscal** propiciará o ingresso de mais R\$ 445 milhões nos cofres públicos, enquanto o **Saúde Fiscal** capacita servidores municipais de modo a ampliar a receita tributária de nossas cidades. O Programa **APOIA** promoveu o retorno à escola de 25 mil alunos, apenas em 2014. O **Alimento sem Risco** foi premiado nacionalmente como exemplo de proteção à saúde do consumidor, ao passo que o **Programa de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal** (POA) promoveu a apreensão de 150 mil quilogramas de alimentos impróprios para consumo, também em 2014. Já o programa **Lixo Nosso de Cada Dia** foi pioneiro, em nosso país, no enfrentamento da questão dos resí-

duos sólidos e permitiu que Santa Catarina se tornasse referência nacional nessa área, entre tantos outros exemplos. Por fim, temos no estado seis unidades instaladas do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), força-tarefa investigativa de forte atuação contra a corrupção, número inigualável em todo país.

[PE] - De que forma a definição da corrupção como uma meta transversal do PGA, para os anos de 2016 e 2017, pode aumentar a eficácia das ações do MPSC contra este tipo de crime?

Neis - A meta transversal permite, fundamentalmente, a convergência de esforços de todos os segmentos da Instituição, cada um a contribuir para a consecução da meta coletiva com o seu saber específico. Assim, poderemos trabalhar a questão do enfrentamento da corrupção de forma integral, coordenando nossas ações no fortalecimento de mecanismos de prevenção à corrupção; na fiscalização eficaz da utilização dos recursos públicos; e no aprimoramento dos instrumentos de investigação e repressão, caso configurado o crime.

[PE] - Por que decidiram passar o PGA de anual para bienal? Qual o impacto dessa mudança para a sociedade?

Neis - O prazo ampliado facilita o planejamento de ações e o monitoramento dos projetos. Ademais, o tema transversal inspirou novas iniciativas que demandarão certo tempo para produção de resultados socialmente perceptíveis. Ao final de um biênio, cremos que as iniciativas ora lançadas já estarão devidamente consolidadas.

[PE] - Como o MPSC vai colocar em prática o combate

à corrupção para a transformação social?

Neis - Com o lançamento de novos projetos relacionados ao enfrentamento da corrupção, distribuídos por todas as áreas de atuação da Instituição, projetos estes que se agregam a programas e ações já existentes, ora unidos por um objetivo comum. Trata-se de preservar as ações já realizadas, valorizando o histórico da Instituição, mas aperfeiçoá-las com o desenvolvimento de novas iniciativas, tornando a Instituição mais apta para confrontar o gravíssimo problema que é a corrupção.

[PE] - Quais são os principais projetos, deste PGA, contra a corrupção? Explique rapidamente cada um.

Neis - Posso enumerar a exigência de transparência na fila de espera do SUS, que contribuirá para democratizar o acesso à saúde; a fiscalização da concessão de benefícios fiscais, evitando-se favorecimentos indevidos; a criação do Grupo Especial Anticorrupção, para atuação em investigações e processos, cíveis e criminais, mais complexos, relacionados à defesa do patrimônio público; a criação do Laboratório contra Lavagem de Dinheiro, que proverá o instrumental técnico indispensável para a punição desse delito complexo, porém altamente nocivo; o desenvolvimento de campanhas educativas de prevenção à corrupção, voltadas ao público infantojuvenil; o controle da constitucionalidade de leis criadoras de cargos públicos; o acompanhamento dos procedimentos de licenciamento ambiental; e o fortalecimento dos órgãos municipais de vigilância sanitária e proteção ao consumidor.

[PE] - Quais as mudanças que a sociedade pode espe-

rar com essas ações?

Neis - A sociedade pode ter a convicção de que o MPSC, que já tanto contribuiu para proteção do patrimônio público e dos interesses sociais, trabalhará de forma planejada para ser mais eficiente, de modo a corresponder à confiança que nos foi depositada quando nos tornamos um dos principais agentes no combate à corrupção no país. Sabemos da dimensão do desafio, mas estamos convencidos de que, com o indispensável apoio de outros órgãos e instituições, públicas e privadas, conseguiremos atingir nossas metas. A corrupção deve ser combatida com a união de esforços, aliando a atuação das instituições com a força da sociedade, que deve participar ativamente, denunciando e colaborando com os órgãos fiscalizadores.

[PE] - O senhor acredita que atuando de forma preventiva reduzirá os números de ações judiciais no estado?

Neis - Não tenho dúvidas. O trabalho preventivo corrige equívocos, inibe a prática de ilícitos e não permite que pequenas faltas transformem-se em delitos graves. Lançamos, em agosto último, um programa de fortalecimento dos controles internos municipais, o **Unindo Forças**. Incentivamos a transparência na gestão pública cobrando a adequação dos sites de prefeituras e câmaras de vereadores à Lei de Acesso à Informação, o que facilita o acompanhamento das contas públicas em tempo real pelo cidadão. Creio que os mecanismos internos de prevenção aos desvios e, especialmente, o controle social da Administração, realizado pelo cidadão, por meio da Internet, ou por entidades associativas, são hoje tão importantes no combate à corrupção quanto ações judiciais e condenações.